

Catálogo Temático da Biblioteca

Comemorativo ao Dia Internacional dos Povos Indígenas

Biblioteca da Escola Superior do
Ministério Público da União

Edição n. 6
Brasília – Agosto/2022



Catálogo Temático da Biblioteca

COMEMORATIVO AO DIA INTERNACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

Ramo do conhecimento: Direito Administrativo
Edição n. 6 | Brasília, agosto de 2022

Todos os direitos reservados a

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

SGAS Quadra 603 Lote 22 Brasília-DF | 70200-630
www.escola.mpu.mp.br | esmpu@escola.mpu.mp.br

Alcides Martins Diretor-Geral

Manoel Jorge e Silva Neto Diretor-Geral Adjunto

Carlos Vinícius Alves Ribeiro Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação

Graziane Madureira Secretária de Comunicação Social

Ivan de Almeida Guimarães Secretário de Administração

Rajiv Geeverghese Secretário de Tecnologia da Informação

Idealização e Elaboração

Secretaria de Educação, Conhecimento e Inovação – Secin
Coordenadoria de Gestão da Informação e do Conhecimento – Cogic
Divisão de Gestão da Informação – Digi
Divisão de Desenvolvimento Científico – Didec
Núcleo de Biblioteca e Pesquisa – Nubip

Editoração

Secretaria de Comunicação Social – Secom

Apresentação

“A natureza é nosso bem comum. Temos de voltar a ela e desenvolver processos acessíveis a todos. É dessa forma que fazemos mudanças: pelo conhecimento”.

Ailton Krenak, líder indígena, ambientalista, filósofo e poeta brasileiro

Neste número do **Catálogo Temático da Biblioteca da Escola Superior do Ministério Público da União**, releva-se o **Dia Internacional dos Povos Indígenas**. A data comemorativa foi instituída pela Unesco, em Assembleia Geral, em 23 de dezembro de 1994, contudo a primeira celebração ocorreu em 9 de agosto de 1995 com o objetivo de conscientizar sobre a importância da autodeterminação da cultura e a garantia dos direitos da população indígena. Nesse sentido, em 2008, a ONU publicou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que, entre outras disposições, “assegura a liberdade religiosa e a preservação da integridade física e cultural dos índios, além de impedir que eles sejam removidos à força de seus territórios”.

Neste catálogo, a seleção inclui três obras do acervo físico e oito obras do acervo digital, incluindo as imagens das capas, referências bibliográficas, resumo e localizações virtual e física dos materiais. A seleção baseou-se em critérios de autoridade e ano de publicação. As informações referentes aos autores foram extraídas da plataforma Lattes e os resumos, dos sítios das editoras.

O **Catálogo Temático da Biblioteca** não objetiva ser exaustivo e por isso não inclui todas as publicações sobre a temática disponíveis no acervo cujo acesso é franqueado aos discentes, docentes, membros e servidores da ESMPU.

Boa Leitura!

Fontes consultadas:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2018/08/dia-internacional-dos-povos-indigenas-e-celebrado-em-9-de-agosto>

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf

<https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/51936>

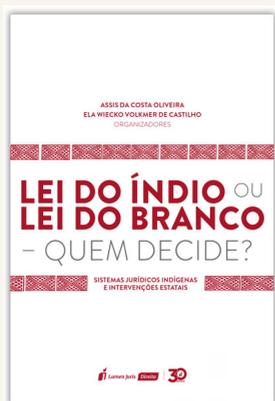
<https://www.trf3.jus.br/emag/30-anos/efemerides/09-de-agosto-dia-internacional-dos-povos-indigenas>

Obras Físicas

COSTA, Beatriz Souza (Org.). **Povos originários da Amazônia internacional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. xi, 236 p.

Localização: 341.345 P879 2018

A organizadora da obra, Beatriz Souza Costa, é doutora em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior Dom Hélder Câmara. A obra discorre sobre a tão (de)cantada riqueza – não da água, do mato e da gente, mas de seus usos – está noutra endereço entre o Sul e o Norte do Planeta; ali, não. Quem a vê enxerga ainda o verde plural com suas vaporosas nuvens e aquíferos veios, mas entre crescentes monturos das promessas e o reino de Hades (ou de Anhangá) à espreita. Os povos da Floresta, todavia, estão por lá também e ainda, mais almas do que carne. Resistem uma resistência impossível contra um império sem limites.



OLIVEIRA, Assis da Costa; CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de (Org). **Lei do índio ou lei do branco: quem decide?: sistemas jurídicos indígenas e intervenções estatais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. 357 p.

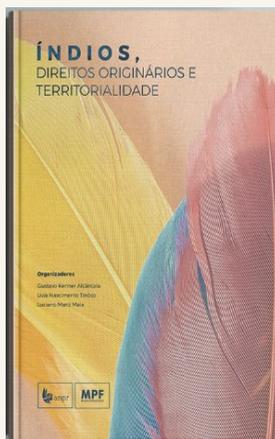
Localização: 341.345 L525 2019

Assis da Costa Oliveira é doutor em Direito pela Universidade de Brasília e professor dessa e da Universidade Federal do Pará. Ela Wiecko Volkmer de Castilho é doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, subprocuradora-geral da República e professora na Universidade de Brasília. A obra apresenta análises sobre práticas, experiências, normativas e fundamentos teóricos relacionados ao reconhecimento, à atuação e aos conflitos das jurisdições indígenas e/com jurisdições estatais, e importantes reflexões para avançar no debate e no reforço à luta dos povos indígenas pela plena efetivação do direito à autodeterminação e à construção de Estados menos nacionais e mais plurais.

ALCÂNTARA, Gustavo Kenner; TINÔCO, Livia Nascimento; MAIA, Luciano Mariz (Org.). **Índios, direitos originários e territorialidade**. Brasília: ANPR, 2018. 522 p

Localização: 341.345 I39i 2018

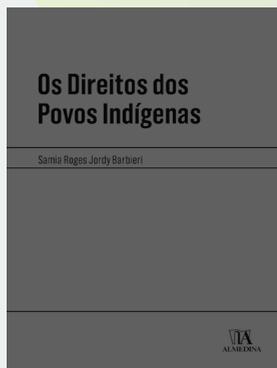
Gustavo Kenner Alcântara é mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Uberlândia e procurador da República. Livia Nascimento Tinôco é especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Inteligência Estratégica, além de procuradora da República. Luciano Mariz Maia é doutor pela Universidade Federal de Pernambuco e subprocurador-geral da República. O livro é uma iniciativa da Diretoria Cultural da Associação Nacional dos Procuradores da República e reúne 13 artigos relativos ao tema.



Obras Digitais

BARBIERI, Samia Roges Jordy. **Os direitos dos povos indígenas**. São Paulo: Almedina, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3IBiBxn>. Acesso em: 14 jul. 2022.

A autora é doutora em Direito pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), conselheira federal titular da Ordem dos Advogados do Brasil e procuradora municipal de Campo Grande. A publicação aborda os mais variados aspectos, desde os direitos humanos universais e fundamentais, como dignidade da pessoa humana e igualdade entre os povos, até os específicos aos povos indígenas, enfocando a emergência e visibilidade destes povos no âmbito internacional, como sujeito de direitos.



SANTOS, Carlos Frederico. **Genocídio indígena no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3PqLxu7>. Acesso em: 14 jul. 2022.

Carlos Frederico Santos é mestre em Direito e Especialista em Direito Público pelo UniCEUB e subprocurador-geral da República. O livro aproxima direito, história, teoria histórica, literatura, antropologia, teoria da linguagem e política criminal. Identifica a construção conceitual do crime de genocídio, demonstrando que há um desdobramento perverso dessa fixação tipológica não menos cruel: revelou que, inesperadamente, usou-se de um conceito culturalmente arraigado de genocídio, europeu, como argumento para o não reconhecimento de várias outras formas de genocídio. Não há um genocídio tipológico único.

SILVA, Sandoval Alves da. Os direitos indígenas no Brasil e o pluriculturalismo: o caso concreto da educação indígena no estado do Pará. In: BASTOS, Dafne Fernandez de; SALES, José Edvaldo Pereira (Coord.). **Direitos Humanos: abordagens transversais**. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 271-296. Disponível em: <https://bit.ly/3PsrlrH>. Acesso em: 14 jul. 2022..

O autor é doutor em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e procurador do Trabalho. O capítulo do livro aborda os direitos indígenas no Brasil a partir de uma breve e sucinta análise das questões culturais indígenas na América Latina em relação ao colonialismo europeu para tentar entender o processo de reconhecimento e de integração das culturas indígenas no Brasil e nos demais países latino-americanos nos idos dos anos 1980 a 2009..



GONÇALVES, Fernanda Bernardo. Do regime tutelar à capacidade para defesa de direitos: o transcurso da legitimação processual dos índios na concretização da cidadania. In: ARRUDA, Desdêmona T. B. T; MACHADO FILHO, Roberto D.; SILVA, Christine O. P. da (Coord.). **Ministro Luiz Edson Fachin: cinco anos de Supremo Tribunal Federal**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 237-247. Disponível em: <https://bit.ly/3RztyDF>. Acesso em: 14 jul. 2022.

A autora é mestre em Direito e Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná e procuradora do Estado do Paraná. Seu artigo aborda a questão da titularidade do direito de figurar em juízo na defesa dos direitos indígenas, especialmente territórios, coletivos e culturais.

JESUS, Anni Marcelli Santos de; NUNES, Helom César da Silva. Waimiri-Atroari: A luta e a resistência pela efetivação de direitos fundamentais ontem e hoje. In: SOARES, Mário Lúcio Quintão; FABRIZ, Daury César; CAMARGO, Ricardo Antonio Lucas; WANG, Kon Tsih (Coord.). **Reforma do Estado e direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2020. página inicial-página final. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4169/4356/29752>. Acesso em: 14 jul. 2022..

A autora Anni Marcelli é doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e atua como docente concursada na SEDUC. Helom César é também é doutorando em Direito pela PUC Minas e defensor público do Estado do Amazonas. O artigo conta a história de luta do povo Waimiri-Atroari. Discorre sobre a ação civil pública como instrumento para reparar danos morais coletivos. Ademais discute a situação indígena no atual governo brasileiro.

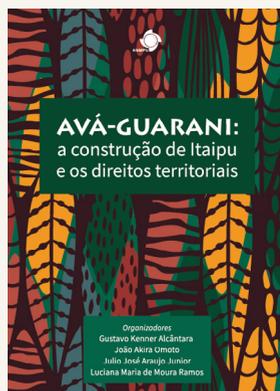


SILVA, Márcio Rosa da. **Sistema de justiça indígena**. Belo Horizonte: Fórum, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3z7aNAh>. Acesso em: 14 jul. 2022.

O autor é doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor na Universidade Federal de Roraima e promotor de Justiça. O livro é resultado de pesquisa de doutorado sobre o sistema de Justiça do povo indígena Ingarikó. A obra descreve o sistema de resolução de conflitos dos Ingarikó, mas aborda também sistemas de Justiça de outros povos indígenas. Realiza uma etnografia de alguns casos específicos, mas também faz uma análise geral, sob o ponto de vista jurídico, do ordenamento legal interno dos muitos povos indígenas que habitam o Brasil.

,ALCÂNTARA, G. K.; OMOTO, J. A.; ARAUJO JUNIOR, J. J.; RAMOS, L. M. de M. (Coord.). **Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Brasília: ESMPU, 2019. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books-esmpu/ava-guarani-a-construcao-de-itaipu-e-os-direitos-territoriais>. Acesso em: 3 ago. 2022.

Gustavo Kenner Alcântara é mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e procurador da República. João Akira Omoto é mestre em Protecção Internacional de los Derechos Humanos pela Universidad de Alcalá (Espanha) e procurador regional da República. Julio José Araujo Junior é mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e procurador da República. Luciana Maria de Moura Ramos é doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB) e servidora do Ministério Público da União. O trabalho foi desenvolvido por grupo de membros e servidores do Ministério Público Federal para conferir subsídios à atuação da Procuradoria Geral da República quanto à denúncia de violação dos direitos do povo Avá-Guarani em decorrência da construção de Itaipu.



DUPRAT, D. (Org.). **Convenção n. 169 da OIT e os Estados Nacionais**. Brasília: ESMPU, 2015. Disponível em: [Convenção n. 169 da OIT e os Estados Nacionais — Escola Superior do Ministério Público da União \(mpu.mp.br\)](https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books-esmpu/convencao-n-169-da-oit-e-os-estados-nacionais). Acesso em: 3 ago. 2022.

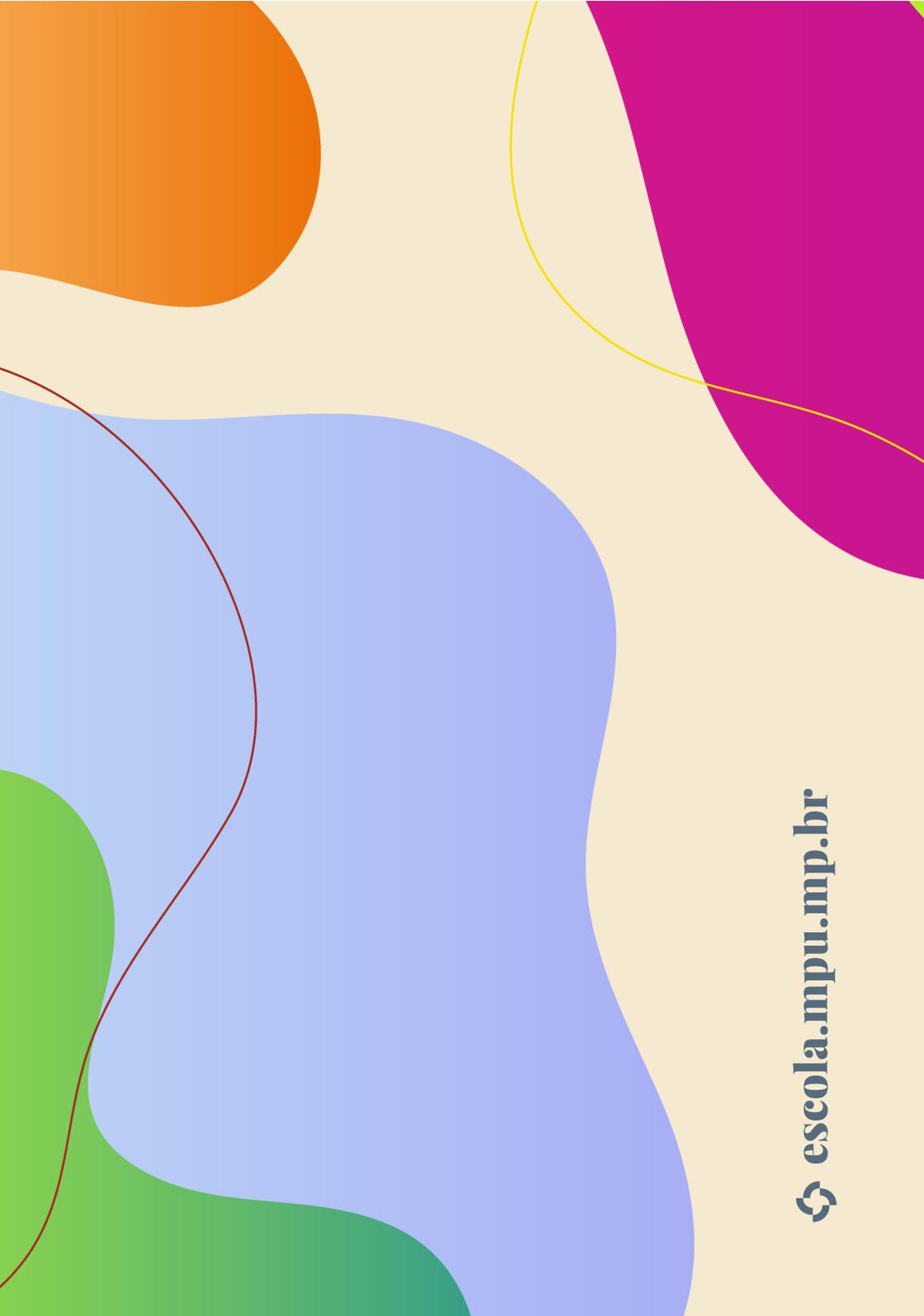
A organizadora da obra é mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília (UnB), jurista e foi membro do Ministério Público Federal até 2020. A obra traz artigos que abordam três temas relacionados à Convenção n. 169 sobre os Povos Indígenas e Tribais: os seus destinatários, os institutos da consulta e o necessário pluralismo do agir do Estado. São sete artigos em português e quatro em espanhol.

Consulte outras obras no catálogo da Rede de Bibliotecas do MPF
<http://pergamum.pgr.mpf.mp.br/pergamum/biblioteca/index.php>
e faça sua solicitação em um dos seguintes canais:

E-mail · nubip@escola.mpu.mp.br

Telefones · (61) 3553-5408 | 5409 | 5410

Página da Biblioteca da ESMPU · [http://escola.mpu.mp.br/servicos-academicos/
biblioteca](http://escola.mpu.mp.br/servicos-academicos/biblioteca)



escola.mpu.mp.br